

Bancos ingleses resistem ao acordo sobre a dívida

SÃO PAULO — Bancos europeus resistem à idéia de participar no pacote de refinanciamento parcial da dívida externa brasileira, nos termos acertados entre o Brasil e o comitê assessor dos bancos credores no último dia 6. Até sexta-feira, os dois maiores bancos comerciais ingleses, National Westminster e Barclays Bank, se recusavam a aderir ao esforço para refinarçar os três bilhões de dólares referentes a dois terços dos juros da dívida externa brasileira vencida neste último trimestre.

— Se até o final da semana que vem eles continuarem resistindo, o caso será mais grave — disse um importante assessor do Ministério da Fazenda. Ele deixou claro que o governo já espera isso e até o momento não vê motivos para maiores preocupações.

O assessor do Ministério da Fazenda acredita que o melhor que o Brasil tem a fazer é ficar de fora, assistindo enquanto os 14 maiores credores, que compõem o comitê assessor, tentam “cercar as galinhas e pô-las no saco”. Segundo ele, o país deve evitar o desgaste até o último momento em que isso for possível. “Quando não der mais, o comitê pede socorro e nós entramos com eles no corpo a corpo com os bancos menores”, raciocina.

A tese desse importante assessor ministerial e a de que o mais conveniente ao Brasil seria pressionar esses bancos recalcitrantes com a ameaça de excluí-los dos benefícios do

acordo provisório. — Só que o governo não pode fazer isso, porque vigora entre os bancos um acordo pelo qual nenhum deles pode receber nada sem dividir com os outros — lamenta o assessor.

Não fosse essa cláusula de divisão, e o Brasil poderia condicionar o recebimento dos juros deste trimestre à participação desses bancos no refinanciamento. “Seria o ideal, mas é impossível”, diz o assessor.

Ele também não acredita que o Banco Mundial (Bird) vá divulgar nos próximos dias, como se comenta nos Estados Unidos, uma avaliação demasiado dura sobre a situação da economia brasileira — na qual se apontaria a tendência à hiperinflação e o descontrole do governo sobre os preços, materializado pelo caso da *holding* Autolatina.

— Duvido que eles queiram pôr fogo no circo — pondera o assessor, lembrando que uma avaliação do Bird nesse tom poderia atrapalhar o fechamento das contas externas do país. Finalmente, ele afirma desconhecer qualquer decisão do governo de assinar um acordo com o FMI até o dia 15 de janeiro.

— O Ministro da Fazenda já deixou claro que o acordo com o Fundo só sai depois do acordo com os bancos, e não é muito provável que isso ocorra até o dia 15 de janeiro — finaliza.